

Por Estadão Conteúdo

Seis de cada dez ações judiciais que contestam reajustes nas mensalidades de planos de saúde coletivos têm decisão, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), pela revisão dos aumentos, favorecendo o usuário ao invés dos planos de saúde, segundo dados divulgados por um estudo realizado por pesquisadores da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Universidade de São Paulo (USP).

A pesquisa “Revisão judicial dos Reajustes de Planos de Saúde no Tribunal de Justiça de São Paulo”, publicada na revista Direito Público, destaca que o principal motivo para a revisão é a ausência de transparência ou justificativa no cálculo dos reajustes pelas operadoras de saúde.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: ISTOÉ, em 17.09.2024